

O que significa ter uma casa e o que significa ser sem-abrigo?

Elias Barreto *

Resumo

Neste trabalho parte-se de uma reflexão acerca da casa, enquanto espaço transicional, argumentando-se que a relação que se estabelece com a casa reflecte o grau de diferenciação e separação psicológica atingido. Procura-se depois caracterizar o funcionamento psicológico dos sem-abrigo á luz dos processos de vinculação e da separação-individuação, com base num conjunto de dados recolhidos através da experiência profissional e da investigação do autor. Finalmente, reflecte-se acerca de como o conhecimento destes processos deve informar os objectivos e os modos de intervenção ao nível sistémico, organizacional e da relação técnico-utente.

Uma casa não é uma coisa

Que a casa não é uma simples coisa é-nos sugerido desde logo pela linguagem, que faz derivar da palavra latina “casa”, enquanto morada, habitação, palavras como “acasalamento”, “casamento”, que têm o sentido de união entre duas pessoas

Um olhar rápido sobre a casa enquanto símbolo cultural e religioso também nos revela que a casa não é um lugar qualquer mas o centro do mundo. Basta pensar na importância que sempre foi concedida à “casa de Deus”, como centro de vida de uma comunidade, ou à “casa do rei” como centro de uma nação. Também a casa pessoal é centro de gravitação do indivíduo. Ele pode correr mundo mas anseia sempre por poder voltar a casa.

* Docente do Curso de Pós-Graduação em Terapia Familiar e Comunitária da UAL.

A casa é, pois, um lugar que proporciona ao mesmo tempo um centro e um ponto de união. Enquanto centro, ela estabelece um sentido de separação e de interioridade, pois o centro é aquele ponto interior equidistante de todos os pontos da circunferência. Por outro lado o centro é também aquele ponto para onde convergem todas as coisas, fornecendo-lhes um sentido de ligação, de relação e de intimidade.

Vemos deste modo que a casa não pode ser coisificada como algo que exista apenas enquanto realidade externa, como algo que está aí, diante de mim, como um utensílio que posso usar. A casa é sempre associada a um pronome pessoal, como “a minha casa” ou “a tua casa”. A casa é sempre o espaço de alguém, de um Eu, ou de um Nós, e por isso reagimos tão visceralmente ao modo como o outro entra em nossa casa. O Outro pode ser sentido como um estranho, uma presença furtiva, intrusiva, que viola o nosso espaço pessoal, ou pode ser sentido como um convidado, uma presença bem vinda e que é aceite porque respeita o nosso território. Precisamente porque estar em casa de alguém é estar no seu território é que sentimos necessidade de dizer, por gentileza, “faça como se estivesse em sua casa”.

Se a casa não é uma coisa então o que é? O príncipezinho, no conhecido relato de Saint-Exupéry, ao ver o avião sobre a areia do deserto, perguntou ao piloto: “O que é esta coisa?” O piloto apressou-se a corrigi-lo: “Não é uma coisa. Voa. É um avião. É o meu avião”. Com esta correcção, o avião é elevado da categoria de mero objecto, uma espécie de grande pássaro imóvel, a um novo âmbito da realidade que se apresenta como campo de possibilidades bastante mais dinâmico e operativo do que poderia parecer á primeira vista.

Estamos habituados a dividir o mundo em pessoas e coisas, em sujeitos e objectos, mas realidades como a casa não se deixam captar por estas malhas conceptuais. Podemos descrever uma casa enquanto objecto, pegar numa fita métrica e medir as suas dimensões, contar quantas divisões tem, analisar de que material é feita, situá-la no tempo e no espaço. Mas isso deixa de fora o essencial porque uma casa já não é um simples objecto a partir do momento em que alguém faz dele a sua morada. Habitar uma casa significa criar com ela uma rede de vínculos interpessoais que a convertem não já numa simples casa mas num lar. “O que significa ‘domesticar’”, perguntou o príncipezinho

à raposa. Esta respondeu: “É uma coisa demasiado esquecida. Significa criar laços”.

Conduzidos pela raposa poderíamos dizer que a capacidade de habitar uma casa depende da capacidade de criar vínculos, consigo próprio e com o Outro.

Repare-se como a casa é uma metáfora privilegiada do espaço mental. Tal como este ela permite estabelecer uma delimitação entre o dentro e o fora, entre um espaço privado e um espaço público. É um espaço de subjectivação por excelência, em que podemos expressarmo-nos e ser quem somos, por oposição à pressão que exerce sobre nós o espaço público de sermos conformes à norma objectivadora. Entrar em casa é de certa maneira entrarmos em nós, é acedermos a um espaço de interioridade e de recolhimento em que damos atenção a nós mesmos. Da mesma forma sair de casa é um sair de nós mesmos, é ir ao encontro do mundo e arriscar perdemos as nossas referências, o nosso conforto pessoal, aceitando que podemos ser transformados nesse movimento.

E repare-se também como, em períodos de maturação ou elaboração pessoal, dizemos que “estamos a arrumar a casa”. Ou em períodos de maior preocupação podemos dizer que temos “macaquinhos no sótão”. Assumimos sem dar por isso que existe uma continuidade e uma interpenetração entre o nosso espaço psíquico e a nossa casa, em que a forma como habitamos a nossa casa reflecte a forma como habitamos dentro de nós mesmos.

Há um suposto prévio nestas metáforas, que é o de que habitar uma casa tem como condição a capacidade de existir enquanto interioridade separada, enquanto psiquismo que existe a partir de si mesmo. Podemos vislumbrar isso quando percebemos a importância do momento em que deixamos a casa paterna para constituir a nossa casa. Este passo equivale a um segundo nascimento do Eu que representa que o indivíduo entra na posse da sua própria personalidade. Doravante, não obstante a dor e o risco, o indivíduo conta com os recursos da sua própria personalidade para enfrentar o mundo e encontrar o caminho para a sua autonomia. É como afirmar que já se se aguenta nas suas próprias pernas.

Ou seja, a separação psicológica é o acontecimento essencial que o habitar uma casa materializa. E é esta a intuição fundamental que este trabalho

procura seguir ao procurar compreender os sem-abrigo em função da forma como eles constituíram o seu espaço interno e fundaram a sua casa psíquica. Será que a condição sem-abrigo não reflecte as vicissitudes de um processo de separação e de individuação psíquica particular?

Parece uma linha de investigação promissora, tanto mais que nas pessoas com casa, podemos muitas vezes perceber que a forma como ocupam o espaço da casa não é independente do grau de diferenciação psíquica atingido (desde o dormir na sala e evitar o quarto ou a incapacidade de estar em casa, só, passando pelo evitar afastamentos prolongados de casa até ao adiar o momento da saída de casa em adulto).

Mas antes, gostaria ainda de referir um outro aspecto da casa. Esta não é exclusivamente o lugar de um Eu solitário. É também um lugar de encontro, um espaço de acolhimento, de familiaridade e de intimidade. Ora, a intimidade supõe sempre a relação com alguém, e o recolhimento um acolhimento.

Que a casa é um local de acolhimento podemos perceber pela noção de atmosfera de uma casa. Esta pode ser vivenciada como mais quente ou mais fria, como mais harmónica ou desarmonica, e não se é indiferente à influência que dela emana. De certa maneira, todos somos hóspedes em nossa própria casa, à mercê da hospitalidade da casa que nos acolhe.

Por outro lado, mesmo que vivamos sós a casa é um lugar de encontro com quem somos e com quem nos é mais significativo. Uma habitação em que não nos é possível ter objectos pessoais é uma habitação que não nos permite perceber quem somos, nem quem são aqueles que nos habitam. Os objectos que recheiam as nossas casas não se definem apenas pelas relações utilitárias que podemos estabelecer com eles. Definem-se também pelo que representam numa história e numa trama complexa de interações significativas. É por isso que a casa também tem uma função essencial de espelhar quem somos e de manter vivas as relações interpessoais em que nos sustentamos.

Nesse sentido, a casa tem a função não só de nos permitir perceber enquanto sujeitos separados, como também enquanto sujeitos em ligação e interdependência com outros.

É por isso que podemos dizer, com Winnicott, que a casa é um espaço transicional por excelência, um espaço criativo, que não se situa apenas na

realidade externa, como coisa, nem apenas como realidade interna, dado que não é apenas um ideia ou uma alucinação. Ela situa-se numa terceira zona, intermediária, potencial, que estabelece uma ponte entre a realidade externa e interna, que separa e liga simultaneamente um dentro e um fora. Assim é a casa: nela estamos simultaneamente fora e dentro; permite um ir para fora a partir de uma intimidade e, dentro da casa, o abrir-se da intimidade para o que se situa nesse fora.

Winnicott descreveu o objecto transicional como aquele permitia ao bebé fazer a transição entre um estado de fusão com a mãe para um estado em que pode relacionar-se com ela como algo externo e separado. Ele é um símbolo do trajecto da dependência absoluta para a dependência relativa, quando ele começa a ver a mãe como distinta dele próprio e compreende que doravante tem de se aguentar nas suas próprias pernas. Assim, o objecto transicional representa o objecto materno mas também significa a sua capacidade de criar aquilo de que se necessita.

O mesmo podemos dizer da casa. Ela representa o objecto materno (não será preciso desenvolver as associações da casa ao útero materno ou à femi- nidade) mas ao mesmo tempo significa também a capacidade de se constituir sujeito face ao mundo, um sujeito que se autonomiza e liberta criativamente na medida em que pode confiar naquilo que habita dentro dele mesmo.

Sem-abrigo: uma equação de duas partes

Não é fácil descrever quem são as pessoas sem-abrigo, nem sequer defi- nir o que é um sem-abrigo. Será sem-abrigo todo aquele que não tem uma casa? Sim, mas embora condição necessária, pode não ser condição suficiente. Uma pessoa ou família que perde a sua casa por um acidente ou catástrofe torna-se um desalojado mas não necessariamente um sem-abrigo.

Sem-abrigo é alguém que perdeu a casa como lugar de vida mas também todo um conjunto de laços com a família e com a sociedade. Ou seja, a condi- ção sem-abrigo comporta uma equação de duas partes, em que uma representa a ausência de residência física e a outra representa a ausência dos recursos e dos laços comunitários que lhe permitiriam reverter a situação.

Conceitos como de “desafiliação” (Bahr, 1973) na escola americana ou de “exclusão social” (Lenoir, 1974), na escola europeia, apontam precisamente para a dimensão relacional e social como princípio teórico organizador da condição sem-abrigo.

A desafiliação resultaria da perda progressiva de laços afiliativos estáveis ao nível da família, escola, trabalho, religião, política e recreação.

A exclusão social surgiria no final de um processo de progressiva ruptura com os principais sistemas de suporte social:

- os mercados de trabalho, de habitação;
- o Estado-Segurança Social
- a família enquanto sistema de apoio social e económico.

Ao que se pode ainda acrescentar:

- a ausência de redes sociais estáveis;
- a ausência de recursos económicos suficientes
- a dependência dos serviços sociais para se manter

A casa psíquica também se constrói

Vemos então que estes conceitos colocam desde logo os laços sociais no centro da questão sem-abrigo. Simplesmente, traçam um diagnóstico da situação actual, aquela que podemos constatar ao observarmos o conjunto de ligações mantidas (ou não mantidas) pelos sem-abrigo. No entanto, esses laços sociais têm uma história, podem ter sido construídos e perdidos, ou podem nunca ter existido. O que sabemos sobre a história dos laços dos sem-abrigo?

Mas, ainda antes disso, o que entendemos por “laços sociais”? Esta noção pode ser interpretada em termos sociológicos, no sentido de ligação a diferentes grupos de pertença: o familiar, o dos amigos, o profissional, o ideológico, o religioso, o institucional, o comunitário, a pátria, etc. Mas também pode ser entendida em termos psicológicos, assumindo aqui o valor de ligação afectiva, que se enraíza na forma como as pessoas estruturam a sua afectividade e como estabelecem as suas relações de proximidade ou distância emocional.

O que importa é perceber que os laços sociais no adulto se inscrevem numa história relacional que, em termos de desenvolvimento psicológico, atravessa etapas e planos distintos:

- Em primeiro lugar aquilo que acontece ao nível da relação precoce com a primeira figura de vinculação, normalmente a figura materna;
- Depois, o que acontece ao nível da família nuclear, o modo como é dada à criança vivenciar e integrar as suas relações com o pai, irmãos e, num outro plano, com a família alargada;
- Posteriormente, assumem importância as relações estabelecidas com terceiros não pertencentes ao grupo familiar: na escola, no grupo de amigos, mais tarde, os colegas de trabalho, no fundo, a rede de relações sociais e os diferentes grupos de pertença que o indivíduo constrói.
- Finalmente, podemos distinguir um plano ainda mais alargado e que tem a ver com o modo como o indivíduo se sente parte integrante e ao mesmo tempo actor interveniente na sociedade em que vive.

Não é difícil aperceber-se de que estas diferentes etapas e planos correspondem àquilo que poderíamos chamar o processo de construção da nossa casa psíquica que, tal como uma casa, tem as suas fundações, pilares e paredes mestras mas só está completa quando fica pronta até ao telhado. Para compreender a arquitectura psíquica dos sem-abrigo e o estado da sua casa mental importa investigar qual a solidez das suas fundações e como se processou o seu desenvolvimento.

Família e trajectos de vida

Quando escutamos os relatos dos sem-abrigo sobre o passado, ainda que esparsos e fragmentados, é com dificuldade que podemos representar um estado anterior de normalidade familiar, social e profissional.

Por exemplo, a partir de uma amostra de 1000 casos abordados na rua, pela Equipa de Rua da SCML (Cruz; Bento; Barreto, 2002), verificamos que:

- 1 em cada 3 sem-abrigo foram criados fora da família.
- 2 em cada 3 sem-abrigo não foram criados com ambos os pais.

- 3 em cada 4 não têm um ou ambos os pais vivos.
- 5 em cada 6 não têm contactos recentes com a família.

Estes dados sugerem que os sem-abrigo dificilmente puderam construir uma identidade familiar. É frequente ouvirmos que são filhos de pai incógnito e até de mãe incógnita! Muitos foram criados em famílias de acolhimento ou instituições.

Quando foram criados com a família, predomina um modelo de família monoparental, normalmente com as mães.

Quando foram criados com ambos os pais, tendem a apresentar uma representação clivada do par parental (Barreto, 2002). Isto é, podem descrever uma relação satisfatória com a mãe e uma relação muito má com o pai, ou vice-versa, mas raramente descrevem relações relativamente boas e multifacetadas com ambos os pais.

São frequentes descrições de violência, alcoolismo ou doença mental nos pais e não é raro ouvirmos-lhes dizer que sempre foram a “ovelha ranhosa” ou o “bode expiatório” da família.

Um outro dado recorrente são as fugas e as saídas precoces da casa paterna, com 9, 10 ou 11 anos. Ou então, mais raramente, as separações muito tardias, normalmente por parte de indivíduos mais frágeis que viviam na dependência dos pais, geralmente a mãe, e que se tornam sem-abrigo quando esta morre.

Também é significativo que quando são chamados a representar graficamente a família, através de um instrumento como o Círculo Familiar de Thrower, tendem a colocar-se à distância dos restantes elementos familiares ou então a representar os vários elementos de uma forma indistinta e indiferenciada, como se não tivessem interiorizado um esquema familiar (Barreto, 2002).

Na vida adulta, a maioria não chega a constituir família ou então vivem uma conjugalidade instável e breve. Tendem a apresentar um padrão relacional nómada, em que quando surge o conflito o indivíduo parte, cortando com os vínculos emocionais do passado.

O trajecto profissional é também normalmente caracterizado por uma sucessão de trabalhos precários, irregulares e frequentemente sem descon-

tos para a segurança social, pelo que uma vez despedidos ou doentes, ficam à margem dos mecanismos de protecção social associados ao emprego.

Funcionamento psicológico

Não é fácil perscrutarmos as vivências psicológicas de um sem-abrigo. Os esforços para empaticamente nos colocarmos no seu lugar parecem irrisórios face à crueza e desolação das suas condições de vida. Mesmo que fizéssemos a experiência de ir dormir para a rua, viver com eles, como um deles, nunca passaria disso, um viver “como se”. Nunca passaríamos de um estrangeiro, sem as raízes e as memórias indispensáveis para compreender o sabor da experiência presente.

Percebemos a importância dos aspectos psicológicos quando esbarra-mos com reacções que nos deixam perplexos e chocados, por irem ao arrepio das nossas expectativas. Porque é que os sem-abrigo nem sempre nos recebem de braços abertos quando queremos ajudá-los? Porque é que quando as coisas parecem estar a melhorar, há retrocessos? Porque é que este quando tem oportunidade de ir dormir num quarto não aparece, ou aparece e adocece logo de seguida? Porque é que aquele, quando surgiu a entrevista de emprego, falta? Porque é que o outro, quando vai para meter os papéis para a reforma, perdeu a carteira e ficou sem documentos, tendo de se reiniciar todo o processo?

O grande enigma consiste em saber porque é que eles próprios parecem contribuir para a sua situação, como se tivessem interiorizado a exclusão e a recriassem constantemente através de comportamentos de auto-exclusão compulsivos.

Repare-se que, ao dizer isto, não é para absolver a sociedade. Pelo contrário, responsabiliza-a ainda mais, porque acentua a gravidade e profundidade dos processos de exclusão. Estes não actuam apenas externamente ao indivíduo mas acabam por ser interiorizados e corroem o indivíduo por dentro, ao ponto dele colaborar no seu próprio processo de exclusão, e até de desumanização, parecendo em casos extremos ignorar-se psíquica e fisicamente, quase indiferentes à dor e ao sofrimento.

Poder-se-á conceber a situação de sem-abrigo como um sintoma, portador de um sentido? Um sintoma, em termos psicológicos, é algo que traz uma

solução para um conflito psíquico, constitui uma formação de compromisso que procura evitar um mal maior, a saber, a emergência de ansiedade ligada à reactivação de um conflito inconsciente inicial.

Qual a natureza desse conflito no caso dos sem-abrigo? Algumas pistas podem ser obtidas através do estudo dos estilos de vinculação dos sem-abrigo bem como da qualidade das representações de objecto que constituem o seu mundo interno.

Pudemos observar através de um questionário de estilos de vinculação que, da amostra estudada, nenhum dos sem-abrigo apresentava um estilo de vinculação seguro, não tendo por isso atingido aquele grau de confiança básica nos outros e em si próprios, que advém do estabelecimento de uma boa relação precoce (Barreto, 2002). Os sujeitos distribuíam-se entre os estilos de vinculação inseguro-evitante, o inseguro-ambivalente e, mais de 50%, situavam-se no estilo de vinculação inseguro-desorganizado, uma categoria que inclui elementos de comportamento tanto evitantes como ambivalentes e, conseqüentemente, de maior confusão, ansiedade e desorganização.

Na mesma linha, foram os resultados encontrados através de um teste projectivo, o Teste de relações Objectais de Phillipson. Aqui, houve um claro predomínio de uma representação de relações de objecto abandonadas, seguindo-se uma representação significativa das relações como agressivas. Destacou-se também a dificuldade dos sujeitos abordarem relações triangulares, permanecendo num registo de funcionamento dual, pré-edipiano (Barreto, 2002).

Estes resultados apontam para que a condição sem-abrigo não resulta apenas de uma situação de desabrigo externo mas também interno e que, provavelmente, antes destas pessoas se tornarem sem-abrigo já o eram interiormente.

Agora, se acrescentarmos um olhar sobre estas pessoas do ponto de vista psiquiátrico o panorama é este: em mais de 90% dos casos é possível estabelecer um diagnóstico psiquiátrico (Bento; Pimentel; Barreto; Pires, 1999) com predominância clara para o alcoolismo, seguido das psicoses, a toxicod dependência e as perturbações da personalidade (falando apenas em termos de diagnósticos primários e excluindo a presença de co-morbilidade). Ou seja, as

suas capacidades psíquicas para abraçar projectos normalizantes encontram-se grandemente comprometidas.

Práticas reais e práticas idealizadas

Falamos afinal da distância entre a representação idealizada das nossas práticas e as práticas reais. No campo do trabalho com os sem-abrigo, isto conduz frequentemente a um mal-estar.

Por um lado, todas as acções são concebidas tendo em vista esse objectivo mítico, a autonomia. Pretende-se que toda ajuda seja uma ajuda para a autonomia, que seja a cana para a pessoa aprender a pescar. Daí a ênfase em respostas transitórias para evitar os riscos de sedentarização, desde albergues com tempos de permanência limite, até cursos de formação profissional, passando pelos planos de inserção com prazos definidos. .

Mas o que é que se faz aqueles que já não têm capacidade para segurar a cana, ou seja, que não têm capacidade para atingir esse estado de autonomia? Porque de facto para muitos sem-abrigo as perspectivas de independência são baixas. Pela idade elevada, limitado apoio familiar e de amigos, patologia mental grave, distúrbios do comportamento graves, incluindo consumos excessivos. Para estes é preciso encontrar respostas que garantam uma continuidade de cuidados, e uma intervenção a longo prazo, porventura até à morte sem que cheguem a atingir o ideal da autonomia.

A negação do problema da dependência e da necessidade de cuidados contínuos conduz a uma situação paradoxal: as respostas que vão sendo criadas parecem dirigir-se para os melhores entre os sem-abrigo: aqueles com mais capacidades, mais preservados e mais estruturados (jovens, sem patologia mental ou consumos e sem deterioração cognitiva). Mas isto tem por efeito manter os mais desprotegidos num estado de dependência sempre frustrante.

Veja-se por exemplo o problema da habitação. Passámos de uma política de confinamento, asilar, de institucionalização destas pessoas, para uma política de deslocação e de impermanência. É tornado claro que um albergue não é uma casa mas é um sítio transitório. Mas depois cria-se um sistema em que a pessoa é forçada a migrar perpetuamente, de albergue para albergue, para a rua, passando pelo hospital, eventualmente quarto, novamente albergue

e assim indefinidamente. Sem que nunca cheguem a adquirir a noção de um lugar de vida permanente e previsível.

Que re-inserção?

É importante, pois, uma reflexão sobre os objectivos que nos propomos ao trabalhar nesta área. E que nos questionemos acerca de alguns conceitos que utilizamos sem crítica como o de reinserção.

Falar de reinserção pressupõe que estamos a falar de pessoas que viveram anteriormente um estado de inserção, uma espécie de normalidade social, económica, relacional e psíquica. Mas será que assim foi?

Outros conceitos que têm tido uma influência decisiva nos discursos sobre a população sem-abrigo são o de pobreza e de exclusão social. São conceitos importantes na medida em que acentuam a existência de factores estruturais e sociais que contribuem para o fenómeno. Mas tendem a veicular uma representação do indivíduo como vítima inocente, numa espécie de recalçamento da ambivalência e de qualquer noção de transgressão social. A falha e a culpa é transferida do indivíduo para a sociedade, ou seja, é de todos e de ninguém. Mas, principalmente, estes conceitos tendem a fazer tábua rasa da pesada psicopatologia individual e familiar que tantas vezes se encontra.

Também é preciso ter atenção para as limitações de um discurso predominantemente psiquiátrico acerca desta população, que apresenta os sem-abrigo como resultante directa da psicopatologia psiquiátrica. O ser sem-abrigo como uma espécie de estado de defeito de um percurso de problemas de álcool, psicose ou perturbações da personalidade que evoluíram para uma marginalização progressiva. Basta pensar no número elevado de alcoólicos que existem no nosso país e que são muito poucos os que são sem-abrigo. E o mesmo se poderia dizer para as outras patologias.

Os sem-abrigo resultam sem dúvida de uma etiologia complexa, onde intervêm mecanismos sociais e económicos, individuais e familiares.

A criação de laços

Os sem-abrigo transportam consigo uma ferida aberta, essencial, o facto de nunca terem introjectado suficientemente um modelo de relação seguro, estável e duradouro. Este traumatismo precoce que os impede de atingir uma representação estável de si mesmos e dos outros impele-os a repetir compulsivamente ataques dirigidos contra a constituição de qualquer tipo de vínculos. Vínculos ao outro e a si próprios. Por isso vão-se despojando de haveres, de ligações, de memórias

como se não pudessem conservar nada que fosse seu, num esvaziamento progressivo da sua identidade e da possibilidade de afirmar um Eu pessoal em relação com o outro.

Sendo a condição sem-abrigo uma “doença dos laços”, para retomar a expressão de Vexliard (cit. in Xavier, 2000), a intervenção junto desta população deve privilegiar a dimensão relacional e a criação de laços, único antídoto para um síndrome de dessocialização.

Esta intervenção pode ser pensada em três níveis:

- o nível estrutural/ sistémico
- o clima organizacional
- a relação técnico-utente.

Nível organizacional-sistémico

Os sem-abrigo necessitam de muitas coisas e de múltiplos serviços: de serviços de saúde, de acção social, de habitação, de emprego. Ora, estes são sectores que pertencem tradicionalmente a sistemas de serviços paralelos e compartimentalizados.

Assim, um sem-abrigo pode começar por ser apoiado em termos dos serviços de acção social. Nesse processo verificar-se que ele precisa de ser integrado num programa de tratamento da sua saúde, ou então que poderia beneficiar do apoio do Centro de Emprego ou, ainda, que carecia de ser integrado num programa de habitação social. Qualquer um destes serviços pertence

a sistemas e hierarquias diferentes, com os seus critérios e filosofias próprias. O que torna qualquer coordenação das acções muito difícil de conseguir. Os serviços tendem a realizar a sua função de forma isolada e compartimentalizada e os sem-abrigo têm que ir bater a diferentes portas para ver resolvidos os seus problemas.

Esta dispersão e fragmentação dos serviços têm desvantagem do ponto de vista do trabalho com o sem-abrigo.

Em primeiro lugar pelas limitações que colocam ao acesso dos sem-abrigo aos serviços. Por não terem morada; por serem vistos apenas como “caso social” no caso dos hospitais; por serem vistos como caso psiquiátrico no lado dos serviços sociais; por serem vistos como demasiado velhos ou sem qualificação profissional, ou ainda por nunca terem descontado, no caso dos centros de emprego; ou então porque nunca foram recenseados como residindo em barracas, ficando de fora dos programas de habitação social das câmaras.

Isto porque os serviços tendem a desenvolver respostas de formato único para todos os casos. A saúde preocupa-se apenas com a saúde, acção social com o social, o centro de emprego com o emprego e por aí fora. A gora, se uma pessoa apresenta várias necessidades em simultâneo, que ultrapassam o âmbito de especialização do serviço, este já não se encontra preparado para desenvolver respostas novas mas tende a repetir as suas respostas padrão.

Esta situação impõe também limitações na continuidade de cuidados. Tende a gerar-se um efeito de pingue-pongue, em que o indivíduo ao iniciar uma ligação com um novo serviço corta a ligação com o serviço anterior, sem que haja um gestor de caso que acompanhe a pessoa em todas as fases do processo. È a lógica do “agora é teu, já não é meu”.

Acresce que, estando os serviços concebidos para o cidadão “médio”, “normal”, podem revelar ter uma baixa tolerância para certos comportamentos e modos de apresentação dos sem-abrigo, bem como apresentar um conjunto de exigências e requisitos que constituem entraves intransponíveis para os sem-abrigo. Neste quadro não é difícil que o sem-abrigo acabe por ser rejeitado ou rejeitar ele próprio os serviços.

O que se pode então fazer?

Em primeiro lugar, aceitar que os sem-abrigo apresentam múltiplas necessidades e que precisam de uma oferta de respostas diversificadas. Difícil-

mente um só serviço conseguirá sozinho responder a todas essas necessidades. São necessários vários serviços e altamente diferenciados. No entanto é desejável que eles se encontrem coordenados e integrados.

Além disso, seria útil a criação de laços entre aqueles sectores que, vimos atrás, se encontram tradicionalmente paralelos.

Por exemplo, a criação de programas que englobem a Acção Social e a Saúde (exemplo: residências protegidas para pessoas com patologia mental e sem rede familiar; equipas de rua com ligação à Acção Social e à Saúde); Acção Social e Habitação (em que os técnicos de acção social possam articular com as respostas de habitação social das câmaras municipais), Acção Social e Emprego (programas de emprego mais adaptados para integrar e não excluir pessoas que têm dificuldade em integrar-se no mercado normal de trabalho, tornando-as dependentes dos serviços sociais).

Estes são exemplos de necessidades em que as responsabilidades são transversais, devendo ser partilhadas logo a partir da criação de respostas. No entanto, esta é uma grande lacuna.

Clima organizacional

Ao nível dos serviços, não é difícil reconhecer que um ambiente demasiado burocratizado dificulta a comunicação com o sem-abrigo. Por isso, é importante que a organização valorize a dimensão interpessoal do trabalho com os utentes. Isso implica dar condições aos técnicos para que possam manter contactos interpessoais frequentes e, sempre que necessário, fora de gabinete.

Muitos sem-abrigo não recorrem aos serviços ou fazem-no de forma esporádica e irregular. O trabalho fora de portas pode então tornar-se fundamental, sendo também necessária disponibilidade para poder manter um acompanhamento que, por vezes, é preciso que se intensifique.

O clima organizacional tem aqui um papel preponderante. Uma organização que ache que o “trabalho sério” é só o que se passa dentro de gabinete ou que sobrecarregue os técnicos com um volume de casos tão grande que este só pode vê-los muito espaçadamente, não facilita o aprofundar do trabalho com esta população.

Do mesmo modo, é importante que a organização capacite os técnicos para a tomada de decisões, encorajando-os a agir em defesa dos seus utentes. Para isso é desejável que lhe seja concedida autonomia técnica para avaliar as situações e agir em conformidade. Se o processo de decisão for demasiado centralizado pode-se gerar um efeito paralizador na acção dos técnicos.

É também importante que os técnicos tenham a possibilidade de conceber projectos individualizados e à medida do indivíduo. Ou seja que não estejam limitados a um conjunto de respostas estandardizadas, tipo “chapa três, a aplicar em todos os casos. O melhor projecto é a relação técnico-utente, a aliança de trabalho e a dinâmica de esperança que se cria na relação.

A relação técnico-utente

É preciso reconhecer que a relação entre o técnico e o sem-abrigo está muitas vezes impregnada de afectos ambivalentes.

Da parte do sem-abrigo, o técnico é antes de mais nada um representante institucional e é como tal que começa por se lhe dirigir. Pode alimentar expectativas excessivas, senão mesmo irrealistas, face capacidade de intervenção do técnico. Quanto maior a idealização inicial, maior é o desapontamento que se segue.

Inversamente, se tem uma história prévia de más experiências com instituições, pode transportar para a relação com o técnico todo um conjunto de atitudes de desconfiança, suspeição e até de reivindicação agressiva. Ou então de indiferença e de desvalorização do técnico.

Do lado dos técnicos, a ambivalência pode não ser menor. Muitas vezes, é como se o técnico tivesse sempre a seguinte questão na cabeça: ele é culpado ou inocente por se encontrar nesta situação? E é como se ele perseguisse o ideal de encontrar o sem-abrigo sem mácula, puro, absolutamente vítima das circunstâncias: sem álcool, sem drogas, sem excessos, sem falhas. Pode ser pobre, excluído, doente mas sobretudo é preciso que não esteja nesta situação por sua culpa.

Quanto mais o sem-abrigo real se afastar deste sem-abrigo ideal que tornaria o trabalho plenamente gratificante, mais a relação de ajuda tende a

transformar-se numa relação de controlo social, em que a confiança dá lugar à desconfiança e ao temor de ser manipulado.

A tensão ambivalente entre quem presta e recebe apoio conduz frequentemente a uma situação paradoxal em que o sem-abrigo parece que só adquire poder na relação na medida em que não pede nada. Como disse Paul Auster: “Só podes sobreviver se não precisares de nada” (cit. in Bento e Barreto, 2002).

Torna-se então importante não basear a relação técnico-sem-abrigo sobre mal-entendidos, que parecem negar as graves dificuldades destas pessoas e idealizar as suas possibilidades de “re-inserção”, embarcando em projectos normalizantes como se fossem fáceis. É a postura do “só tem que”: trabalhar, cuidar da saúde, deixar qualquer adição.

Na verdade, quando se trabalha com sem-abrigo é preciso ir além da necessidade de fazer coisas e do desejo de mudar o outro à nossa medida. Não se trata de não fazer nada, nem de não dar nada, mas dar e fazer para responder às necessidades do outro e não para cobrar curas ou reinserções acima das suas possibilidades.

O grande desafio é encontrar a boa distância na relação com o sem-abrigo, oferecendo uma relação suficientemente próxima e estável para que este aprenda a contar com ela, mas suficientemente respeitosa e flexível para ir atrás ou ao lado do sem-abrigo sem nunca ir à sua frente, levando-o a reboque.

É fundamental um acompanhamento continuado por técnicos que ofereçam não só “coisas” mas uma relação que sobrevive aos fracassos e às agressões do indivíduo. A grande arte é nunca deixar fechar a relação se o indivíduo não cumpre ou mente ou se “porta mal”.

Para prevenir isso também é importante que os técnicos não prometam aquilo que não podem cumprir nem exijam acima do que o outro pode corresponder. É absolutamente necessário evitar essa espécie de “loucura a dois” em que técnico e sem-abrigo se idealizam mutuamente, lançando-se em projectos louváveis mas que negam as dificuldades reais, pois são estes que conduzem às rupturas mais brutais.

O laço, a função e o sentido

Para terminar, eis a história de um sem-abrigo e da sua relação com os técnicos:

A minha memória do Fernando recua aos meus tempos de jovem estudante em Lisboa. Era uma presença familiar nas ruas e cafés da baixa da cidade, com os seus cabelos compridos, ar de “freak” e rebelde, a coxear de uma perna que parecia mais pequena que a outra. Guardo, em particular, a memória de um incidente: estando eu num café, de súbito vejo o Fernando a ser expulso a pontapé pelo que parecia ser o dono do estabelecimento. O Fernando revelava agilidade, respondia na mesma moeda e, finalmente, escapou-se. Perturbado, lembro-me de ter sentido pena pelo Fernando e revolta contra o dono do café: mas como é que este homem, corpulento, foi capaz de agredir uma pessoa deficiente? Por outro lado, também pensei: o que é será que ele fez para merecer tal tratamento? Certamente, qualquer coisa grave.

Anos mais tarde, nas minhas funções de técnico a trabalhar com a população sem-abrigo, fui encontrar o Fernando a dormir na rua. Deslocava-se já numa cadeira de rodas. O seu pé apresentava um aspecto apodrecido, resultado da gangrena que lhe tinha comido um dedo ou outro, embora sem dor, segundo explicou. Vivia da mendicidade e não tinha qualquer pensão.

Recordo os seus modos francos e directos: “Não quero ir para um lar, nem para um albergue. Vivo na rua desde os meus 12 anos. Até assisti ao 25 de Abril porque nessa noite dormi junto ao quartel do Carmo.” Tinha fugido de casa em criança porque não se dava com o padrasto e desde então que vivia na rua.

Pedi-nos ajuda para uma nova cadeira de rodas. Também aceitaria receber uma pensão. Para isso precisava, antes de mais, de bilhete de identidade, que não tinha.

Fizemos as nossas diligências nesse sentido e quando o voltámos a procurar, dias depois, soubemos que tinha sido preso.

Um ano depois, reencontrámo-lo. Tinha voltado à rua e à mendicidade. Retomámos os contactos com ele. Aquilo que parecia à partida um projecto simples, o de requerer uma pensão social, veio a revelar-se um processo

moroso, sempre adiado, sempre com obstáculos. Nós parecíamos mais ansiosos do que ele.

Um dia apresenta-nos uma cadelinha, a quem chamava carinhosamente de “esgrouviada”. Aceita o convite de ir falar connosco ao nosso centro, se e só se, ela puder acompanhá-lo. Com certeza. Era Inverno. Compareceram os dois num dia de chuva. Ela espirrava. “Está constipada. Tenho ido com ela ao veterinário. Tenho aqui os medicamentos.” Falámos normalmente do preço elevado das consultas e dos medicamentos, “mas tem que ser”, sem mencionarmos a contradição que havia entre este facto e ele próprio nunca ter ido ao médico, por todas as razões e mais algumas, todas elas fortes e plausíveis.

Algumas semanas mais tarde, encontramos-lo novamente a pedir na rua. Mas havia algo de diferente. Era o seu aspecto, mais cuidado, mais limpo, mais leve. “Tive que sair da rua”, diz-nos ele, “ a cadelinha estava sempre doente. Agora estou na casa de um amigo, que também tem cães e deixa-me lá ficar com ela.”

Começámos a vê-lo menos, até que deixámos mesmo de o ver por largos meses. Quando o reencontrámos disse-nos que estava agora em casa da mãe. O seu padrasto tinha morrido. E a mãe era uma pessoa doente, precisava dele. Ainda vinha a Lisboa, pedir, mas apenas alguns dias da semana. A sua cadelinha ainda o acompanhava. “Desapareceu-me por uns tempos mas voltei a reencontrá-la.” Ainda não tinha a pensão social. “Mas não se preocupem, um dia destes vou ao médico de família da minha mãe e ele vai fazer o relatório”.

O que retirar desta história, se é que ela não fala por si?

Em primeiro lugar há que assinalar esta curiosa relação entre os técnicos e este sem-abrigo, que parece operar com base num equívoco. O projecto delineado, que justifica os nossos sucessivos encontros, nunca chega a ser concretizado. No entanto, acabamos por assistir a uma processo de transformação infinitamente mais valioso e profundo.

Através da relação quase fusional com a cadelinha, o Fernando acaba por fazer aquilo que nunca faria por si próprio, sair da rua. Cuidando dela começa a cuidar de si e acaba por redescobrir a sua capacidade para proteger e cuidar dos outros, podendo exercer uma importante função junto da sua mãe.

Ao mesmo tempo, os técnicos não se escandalizaram com o facto não conseguirem cumprir o seu projecto para o Fernando. Apesar da frustração, mantiveram sempre em aberto a relação com ele. Não o criticaram, nem o ridicularizaram no seu amor à cadelinha, porque era a sua capacidade de amar que desabrochava.

O ser humano precisa de ligações afectivas, de sentir que tem uma função, que é útil e que a sua vida faz sentido porque pertence a algo ou a alguém. É o que os sem-abrigo já perderam e que precisam de recuperar.

E o trabalho essencial dos técnicos é ajudá-los a amar, a sentirem-se úteis e a recuperarem o sentido de vida.

No caso do Fernando este traduz-se por “eu sou aquele que vou ajudar a minha mãe na sua velhice”. Noutros casos poderá ser outra coisa diferente: “eu sou aquele que faz estes trabalhos bonitos”. Daí a importância de que os sem-abrigo tenham a oportunidade de criar e fazer coisas, poderem ter uma ocupação, senão um trabalho, sentir que têm uma função na vida. Por vezes, não imaginamos a importância que tem o simples facto de nos oferecerem uma coisa feita por eles, mas nesse gesto joga-se muito.

Bibliografia

- BACHELARD, Gaston (2000). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes
- BAHR, Howard M. (1973). *Skid Row: An Introduction to Disaffiliation*. New York: Oxford University Press.
- BARRETO, Elias (2002). *Vinculação e Relações de Objecto dos Sem-Abrigo: um estudo exploratório*. Dissertação de tese de mestrado em Psicologia Legal, 1998-2000. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- BENTO, António; BARRETO, Elias (2002). *Sem-Amor, Sem-Abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- BENTO, António; PIMENTEL, Catarina; BARRETO, Elias; PIRES, Teresa (1999). Quatro anos de uma equipa de rua da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. *Psiquiatria na Prática Médica*, 12 (5), Setembro-Outubro.
- CRUZ, Mafalda; BENTO, António; BARRETO, Elias (2002). Sem-Amor, Sem-Abrigo: a propósito de 1000 casos. *Cidade Solidária*. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, V (9).
- DECLERCK, Parick (2001). *Les naufragés – avec les clochards de Paris*. Paris: Éditions Plon.
- LENOIR, René (1974) cit. in : PAUGAM, S. (1996). *L'exclusion : l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, Paris.
- LÉVINAS, Emmanuel (2000). *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70.
- PEÓN, Juan Alberto Sucasas (1997). Fenomenología de la casa (a partir de Lévinas). In: *Pensar la vida cotidiana*. Actas de los III Encuentros Internacionales de Filosofía en el Camino de Santiago, 1997. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela - Consórcio de Santiago.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de (s.d.). *O principezinho*. Editorial Presença.
- XAVIER, Emmanuelli (2000). Alexandre Vexliard le Visionnaire. *Champ Psychosomatique*, 20: 107-111.
- WINNICOTT, D. W. (1975). Objectos Transicionais e Fenómenos Transicionais. In: *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora.